



**Diagnóstico da deficiência intelectual no campo educacional: análise da produção acadêmica
na perspectiva da teoria histórico-cultural**

**Diagnosis of intellectual disability in the educational field: analysis of academic production
from the perspective of cultural-historical theory.**

Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte/MG - Brasil

Débora Dainez

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Sorocaba/SP - Brasil

Fabiane Maria Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte/MG - Brasil

Resumo

O artigo analisa a produção acadêmica sobre o diagnóstico de pessoas com deficiência intelectual a partir de abordagens fundamentadas na Teoria Histórico-Cultural. Para tanto, realizou-se um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sem recorte temporal. A análise bibliométrica resultou em um corpus de 22 trabalhos que dialogam diretamente com a problemática investigada. Os resultados indicam a predominância de abordagens centradas na identificação da deficiência e na avaliação psicológica, além do número reduzido de estudos que examinam criticamente a interface entre Saúde e Educação. Conclui-se pela necessidade de ampliar as investigações sobre as implicações do diagnóstico na prática escolar e no desenvolvimento cultural de estudantes com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Avaliação Psicológica; Lev S. Vygotsky.

Abstract

The article analyzes academic production on the diagnosis of individuals with intellectual disability based on approaches grounded in Cultural-Historical Theory. To this end, a survey was conducted in the CAPES Theses and Dissertations Catalog and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with no time restriction. The bibliometric analysis resulted in a corpus of 22 studies that directly engage with the investigated issue. The findings indicate a predominance of approaches centered on the identification of disability and psychological assessment, as well as a limited number of studies that critically examine the interface between Health and Education. It is concluded that there is a need to expand research on the implications of diagnosis for school practice and for the cultural development of students with intellectual disabilities.

Keywords: Intellectual Disability; Psychological Assessment; Lev S. Vygotski.

Introdução

O diagnóstico da deficiência intelectual na sociedade capitalista configura-se como um fenômeno complexo e contraditório. Como modo de produção historicamente constituído, o capitalismo organiza-se pela centralidade do mercado, pela propriedade privada dos meios de produção e pela divisão social do trabalho, produzindo desigualdades sociais e educacionais. Nesse contexto, as relações sociais subordinam-se à lógica da produtividade, da eficiência e da competitividade, o que influencia a forma como sujeitos que não atendem a tais exigências são concebidos e tratados.

Historicamente, os processos diagnósticos desempenharam papel central na institucionalização de pessoas com deficiência, ao reforçar práticas assistencialistas que limitam o acesso ao conhecimento escolar — elemento essencial ao desenvolvimento humano (Jannuzzi, 2006; Pino, 2002). Embora a Educação Especial deva ser ofertada, preferencialmente, no ensino regular (Brasil, 2013), sua implementação ocorre, em grande parte, em instituições privadas filantrópicas, que disputam recursos públicos e perpetuam modelos excludentes (Dainez; Smolka; Souza, 2022).

No campo educacional, o diagnóstico da deficiência intelectual, majoritariamente formulado pelas áreas médica e psicológica, centra-se em características individuais e capacidades cognitivas, posicionando os sujeitos a partir de padrões normativos. Tal classificação frequentemente resulta no encaminhamento para espaços “especializados” e desconsidera mediações sociais fundamentais ao desenvolvimento (Bridi; Souza, 2017), reforçando a exclusão institucionalizada baseada na normatização dos corpos e da cognição.

Patto (1996) critica as ideologias capitalistas e a ciência que as sustenta, ao evidenciar como a desigualdade social se expressa na Educação. A autora avalia que discursos sobre a “inaptidão” individualizam o fracasso escolar e desconsideram suas determinações sociais. O caso Escola Jardim¹, na periferia de São Paulo, ilustra a tendência de encaminhar estudantes que destoam da norma a especialistas e classes especiais, em consonância com uma lógica homogeneizadora (Patto, 1996). Nessa direção, Cunha (2021) compreende a deficiência como expressão de uma questão social, moldada por uma racionalidade capitalista que valoriza corpos produtivos e legitima a marginalização.

As definições de deficiência intelectual refletem essa ambiguidade. A 10ª edição da *American Association on Mental Retardation* (2006), amplamente utilizada no Brasil, considera

a interação entre pessoa, ambiente e sistemas de apoio. A 11ª edição, atualizada pela *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (2010), substituiu o termo “retardo mental” por “deficiência intelectual” (Dantas, 2012). Apesar desses avanços, a avaliação permanece centrada em limitações cognitivas mensuráveis e em critérios de corte que reforçam práticas excludentes (Carneiro, 2017; Pletsch, 2009).

Hegemonicamente, o diagnóstico define quem pode acessar os espaços do saber, ao orientar práticas educacionais e delimitar expectativas de aprendizagem. O saber médico, ao emitir prognósticos sobre a capacidade de aprender, transforma o laudo em instrumento de normatização e exclusão (Ramos, 2014; Sathler, 2008). Esse enfoque deficitário abstrai a totalidade do sujeito e compromete seu processo de escolarização (Angelucci, 2014). Embora a Nota Técnica n.º 04/2014 (Brasil, 2014) dispense o diagnóstico clínico para o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a centralidade do laudo persiste, sustentada pelo prestígio dos discursos da saúde no contexto escolar (Angelucci, 2014; Fontoura; Sardagna, 2021).

Frente a esse cenário, a teoria histórico-cultural (THC) oferece uma perspectiva crítica ao deslocar a deficiência de uma condição biológica para um fenômeno histórico-social. Nessa abordagem, o desenvolvimento humano resulta das interações sociais, da linguagem e da cultura. Já no início do século XX, Vygotski (1997) contestou avaliações quantitativas que desconsideram a complexidade do desenvolvimento e reduzem as possibilidades educacionais de estudantes com deficiência, alertando para os limites do modelo médico.

Nesse sentido, a homogeneização das trajetórias escolares, baseada em parâmetros normativos, contribui para a rotulação dos estudantes e desconsidera suas condições concretas de existência. Superar a premissa de que “a escola é para todos” exige práticas pedagógicas que reconheçam as diferentes formas de aprender e de estar no mundo (Padilha, 2015).

Este artigo analisa a produção acadêmica sobre o diagnóstico de pessoas com deficiência intelectual, a partir de abordagens fundamentadas na THC. Ao confrontar os modelos médico e social, busca evidenciar a deficiência como fenômeno dinâmico, condicionado por mediações sociais, culturais e educacionais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano decorre da apropriação da experiência histórico-cultural (Vygotski, 1995; 1997), de modo que o diagnóstico não se configura como sentença, mas como elemento

que deve contribuir para uma educação que reconheça a singularidade do sujeito (Ribas et al., 2024). Para tanto, realizou-se levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT).

A pessoa com deficiência intelectual na perspectiva da teoria histórico-cultural

A THC, desenvolvida a partir dos estudos do psicólogo soviético Lev Vygotski, constitui um marco teórico fundamental para compreender o desenvolvimento humano ao propor uma leitura dialética da constituição psíquica. Em contraposição às abordagens reducionistas centradas no déficit biológico, Vygotski (1995, 1997) concebe o desenvolvimento como um processo historicamente situado, mediado pelas relações sociais e pela apropriação da cultura. Nessa perspectiva, a educação assume papel estruturante, pois possibilita o acesso aos sistemas simbólicos e aos bens culturais produzidos historicamente, configurando-se como condição para o desenvolvimento das funções psíquicas humanas.

A partir desse referencial, a deficiência intelectual deixa de ser compreendida como um atributo fixo e intrínseco ao indivíduo e passa a ser analisada como uma condição que se constitui nas relações sociais concretas. Isso implica reconhecer que as limitações atribuídas à pessoa com deficiência não podem ser dissociadas das condições objetivas de acesso à cultura, à linguagem e aos processos educativos. Assim, a ênfase desloca-se do déficit para as possibilidades de desenvolvimento, evidenciando o papel das mediações sociais na reorganização das funções psíquicas.

O caso de Helen Keller (2008), surda e cega desde a infância, explicita esse princípio ao demonstrar que o desenvolvimento não é determinado pelas limitações sensoriais em si, mas pelas formas de mediação social disponíveis. A atuação intencional de sua professora, Anne Sullivan, ao criar condições específicas de acesso à linguagem, possibilitou a reorganização de seus processos psíquicos e sua inserção no universo cultural letrado. Desse modo, suas conquistas não podem ser interpretadas como expressão de uma capacidade inata, mas sim das condições concretas de mediação pedagógica que viabilizaram novos caminhos de desenvolvimento.

Nesse contexto, o conceito de *perejivanie* (vivência), elaborado por Vygotski (1996), assume centralidade analítica ao permitir compreender a unidade entre sujeito e meio. A vivência expressa a forma singular pela qual o indivíduo significa e elabora as situações sociais

que experiência, evidenciando que não são os eventos em si que determinam o desenvolvimento, mas o modo como são apropriados nas relações sociais. Conforme Andrade e Campos (2024, p. 736), trata-se de uma “unidade de análise na compreensão de um todo complexo e em desenvolvimento (a consciência)”, que articula determinações, conexões e abstrações construídas na relação com a realidade sócio-histórica. Nessa direção, a deficiência intelectual deve ser compreendida a partir das vivências concretas que configuram as possibilidades de desenvolvimento, o que evidencia seu caráter histórico, social e singular.

O meio social, portanto, não é neutro; constitui-se em contradições e disputas de forças que influenciam o desenvolvimento humano (Dainez, Smolka, Souza, 2022). Com base nas contribuições de Vygotski (1997), a THC promove uma ruptura epistemológica com o paradigma médico-organicista, que reduz a deficiência à sua dimensão biológica. Em seu lugar, propõe uma compreensão dialética da deficiência como unidade do diverso, na qual aspectos orgânicos e sociais se inter-relacionam de forma dinâmica (Dainez, 2017). Tal perspectiva implica reconhecer que a produção da deficiência está vinculada às condições sociais que limitam ou potencializam o acesso à cultura, exigindo transformações estruturais que assegurem a participação plena das pessoas com deficiência nos diferentes âmbitos da vida social (Souza; Dainez, 2002).

Nessa direção, Vygotski (1997) afirma que as leis que regem o desenvolvimento de crianças com deficiência são as mesmas que operam no desenvolvimento de qualquer outra criança; diferem apenas das formas como se manifestam. Tal compreensão rompe com a ideia de inferioridade e permite afirmar que a criança com deficiência intelectual não é menos desenvolvida, apenas possui condições singulares que exigem atenção às suas particularidades e à maneira específica como se relaciona com o mundo (Vygotski, 1997). Isso exige que as práticas educativas considerem, sobretudo, as possibilidades de mediação que podem impulsionar o desenvolvimento.

Entretanto, a predominância de discursos clínico-diagnósticos reflete a permanência de uma racionalidade que individualiza e patologiza a deficiência. Conforme apontam Bridi e Souza (2017), manuais como o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-V) classificam a deficiência intelectual como transtorno do neurodesenvolvimento, operando uma redução do fenômeno à dimensão funcional e desconsiderando suas determinações

sociais e educativas. Tal abordagem reforça processos de medicalização e obscurece o papel das mediações sociais na constituição do desenvolvimento.

A teoria histórico-cultural oferece contrapontos a esta visão restrita, ao propor que a situação de deficiência pode impulsionar a criação de novos canais de desenvolvimento cultural. Portanto, exige processos educativos pautados em espaços emancipatórios e na apropriação do conhecimento (Pereira, 2018). Vygotski (1997) defendeu a escola pública comum como lócus privilegiado para a apropriação dos bens culturais produzidos historicamenteⁱⁱ e destacou a função social da educação como meio de transformação (Dainez; Smolka, 2009). Contudo, Souza e Dainez (2002) afirmam que determinações político-econômicas e sociais condicionam o acesso à cultura e ao conhecimento, delineando limites concretos do desenvolvimento humano.

Diante desse cenário, a compreensão da deficiência intelectual a partir da THC impõe não apenas uma revisão conceitual, mas também um posicionamento crítico frente às condições sociais que produzem desigualdades. Torna-se imperativo que a produção acadêmica denuncie as barreiras estruturais que restringem o direito à educação das pessoas com deficiência intelectual. Apesar de garantias legais e políticas públicas, a realidade evidencia uma exclusão persistente, o que demanda ações efetivas para enfrentar desigualdades educacionais e sociais.

Percurso Metodológico

Com o intuito de alcançar os objetivos deste artigo, realizou-se uma pesquisa da produção acadêmica sobre o diagnóstico de estudantes com deficiência intelectual. Inicialmente, a busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que reúne resumos de trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil desde 1987. Complementarmente, recorreu-se à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT).

A pesquisa baseou-se na abordagem bibliométrica, metodologia que permite a análise quantitativa e qualitativa da produção científica por meio do exame estatístico de elementos bibliográficos (Hayashi *et al.*, 2007). A busca nos repositórios foi orientada pelos termos “deficiência intelectual diagnóstico” e “deficiência mental diagnóstico”, sem restrição temporal ou de área do conhecimento, visando mapear a produção existente. Os dados foram coletados nos meses de junho e julho de 2024.

A análise do material ocorreu em três etapas. Na primeira, os dados foram sistematizados em planilha do Excel, seguindo o protocolo metodológico de Hayashi (2013) e Silva, Hayashi e Hayashi (2011), que contempla campos específicos para registro de termo de busca, autores, título, orientadores, ano de publicação, nível acadêmico, instituição de ensino superior, região geográfica, linha de pesquisa, área do conhecimento, palavras-chave e resumo. Na segunda etapa, procedeu-se à leitura analítica de títulos, palavras-chave e resumos, com o objetivo de identificar a pertinência temática dos trabalhos relativos ao objeto de estudo. Por fim, a terceira etapa consistiu na leitura integral dos textos selecionados, a fim de aprofundar a análise e verificar a relevância teórica e metodológica conforme os objetivos propostos.

Inicialmente, foram encontrados 237 trabalhos a partir das palavras-chave utilizadas. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão – que contemplaram delimitação à área da Educação, eliminação de registros duplicados e pertinência ao escopo da investigação –, o número de trabalhos foi significativamente reduzido, ou seja, foram identificadas apenas 26 pesquisas sobre diagnóstico da deficiência intelectual. Entretanto, elas foram descartadas por apresentarem enfoque predominantemente biológico, sobretudo na área da Saúde, distanciando-se da esfera educacional crítica adotada para este artigo.

Ao final do processo, constituiu-se um *corpus* de 22 trabalhos que atendem aos critérios estabelecidos e dialogam diretamente com a problemática investigada, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1: Teses e dissertações sobre deficiência intelectual

Autor(a)	Título	Orientador (a)	Ano	M/D
Hugo Pires Júnior	Diagnóstico da deficiência mental no ensino da educação especial	Sílvia Paulo Botomé	1987	M
Alexandra Ayach Anache	Diagnóstico ou Inquisição? Estudo sobre o uso do Diagnóstico Psicológico na Escola	Maria Júlia Kovács	1997	D
Symone Fernandes de Mello	Relação Mãe-Criança Portadora de Deficiência Mental - Uma Abordagem Winnicottiana	Gilberto Safra	2000	M
Suely Alencar Rocha de Holanda	Sobre a questão da deficiência mental concebida como infância eterna - reflexões: em direção à psicanálise	Jussara Falek Brauer	2000	M
Ana Paula Salles da Silva	A casa verde entre... por dentro do discurso oficial da deficiência mental	Ana Márcia Silva	2005	M
Andréa Regina Rosin-Pinola	Avaliação de professores sobre o repertório social e acadêmico de alunos com deficiência mental incluídos no ensino regular	Zilda Aparecida Pereira Del Prette	2006	M

Diagnóstico da deficiência intelectual no campo educacional: análise da produção acadêmica na perspectiva da teoria histórico-cultural

Keila Pires Amaro	O tratamento do deficiente mental em instituições: uma análise crítica a partir da psicanálise lacaniana	Luiz Flávio Silva Couto	2007	M
Débora Dainez	A inclusão escolar de crianças com deficiência mental: focalizando a noção de compensação na abordagem histórico-cultural	Maria Inês Bacellar Monteiro	2009	M
Bruna Bellinato Scrivanti Santana	Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual no ensino regular: depoimentos de professores	Elcie Aparecida Fortes Salzano Masini	2009	M
Fabiola Ribeiro de Souza	A inclusão/ exclusão escolar: concepções e pais e de jovens alunos com deficiência intelectual	Sandra Francesca Conte de Almeida	2010	M
Rodrigo Pereira D'onofrio	Paz sem voz não é paz, é medo: o estudo de um caso clínico diagnosticado como deficiência mental leve	Gilberto Safra	2010	M
Aline Aparecida Veltrone	Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização	Enicéia Mendes Gonçalves	2011	D
Fabiane Romano de Souza Bridi	Processos de identificação e diagnóstico: os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional especializado	Cláudio Roberto Baptista	2011	D
Tatiana Afonso	Famílias de crianças com deficiência mental no contexto ribeirinho amazônico: percepções de pais moradores da ilha do Combu-PA	Simone Souza da Costa Silva	2011	M
Cinthia da Silva Chiodi	O processo de avaliação psicológica na perspectiva da psicologia histórico-cultural e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem	Marilda Gonçalves Dias Facci	2012	M
Luciene Lourenço Mota	Deficiência Intelectual: Um Estudo Sobre o Processo Diagnóstico Multidimensional	Leda Gonçalves de Freitas	2014	M
Sueli de Souza Dias	A quem serve o diagnóstico de deficiência intelectual? Um estudo do desenvolvimento adulto na perspectiva da psicologia dialógica	Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira	2014	D
Viviane Ferrareto da Silva Pires	O processo de caracterização de alunos com deficiência intelectual: análise de ações integradas da educação e da saúde	José Geraldo Silveira Bueno	2016	M
Ana Paula Lima Barbosa	Avaliação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado do município de Fortaleza-CE: diagnóstico, análise e proposições	Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca	2016	D
Ester Furquim De Almeida	Deficiência Intelectual e avaliação no encaminhamento de estudantes ao AEE: concepções de professoras responsáveis pela avaliação inicial	Maria de Fatima Carvalho	2016	M
Nelita Geny Mendes De Araujo	Guia de orientação de identificação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado	Cristina Lucia Maia Coelho	2019	M

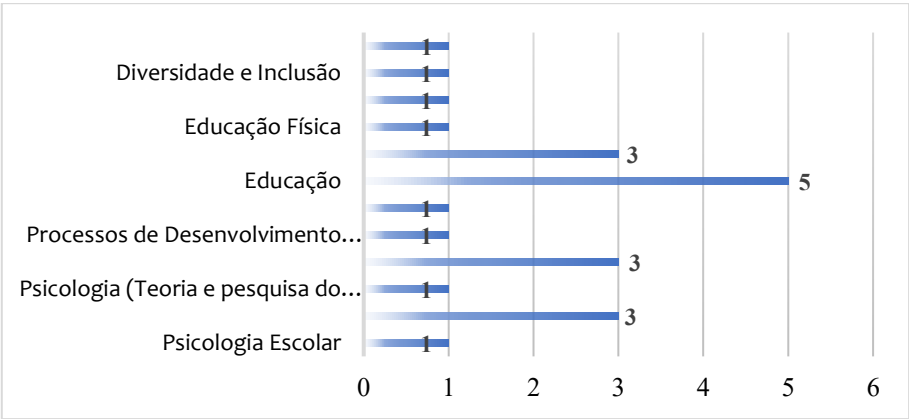
Thais Carolina Albach Carniel	Adaptação ao diagnóstico e expectativa familiar sobre autonomia de filhos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista	Maria de Fatima Joaquim Minetto	2022	M
-------------------------------	--	---------------------------------	------	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O primeiro trabalho identificado data da década de 1980. Do total de produções que compõem o corpus desta pesquisa, 16 são dissertações de mestrado, uma dissertação de mestrado profissional e cinco teses de doutorado. No que se refere à autoria, observa-se a predominância do gênero feminino entre autores e orientadores.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos programas de pós-graduação nos quais os trabalhos foram desenvolvidos:

Figura 1: Distribuição por Programas de Pós-Graduação



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

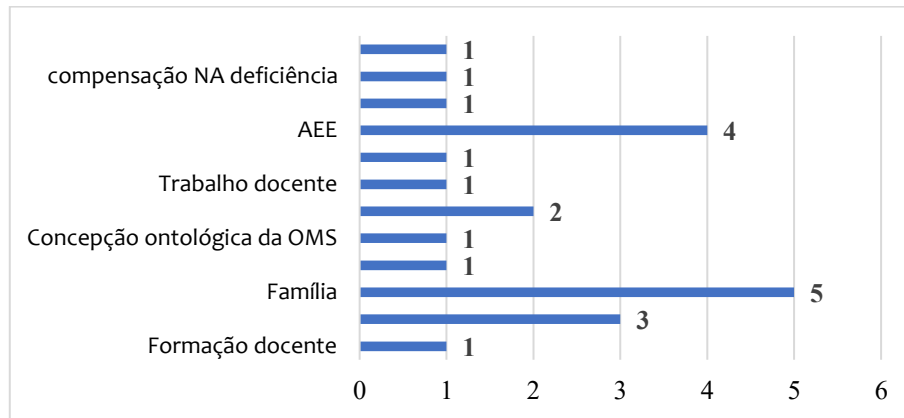
Foram identificados doze programas de pós-graduação na área da Educação, nove na área da Psicologia, apenas um na área da Saúde e um com interface entre Educação e Saúde. A maior parte dos trabalhos vinculados à Educação evidencia um movimento relevante na Educação Especial, desafio histórico destacado por Jannuzzi (2006).

As produções da área de Psicologia, inclusive da Psicologia Clínica, revelam tensões históricas entre campos do conhecimento. Ao mesmo tempo, mostram possibilidades de interlocução e trabalho coletivo, ao articular microcontextos escolares a determinações do macrocontexto social. Portanto, ressalta-se a necessidade de superar a compreensão reducionista da Psicologia no âmbito educacional, limitada à aplicação de testes e diagnósticos clínicos, sem considerar a complexidade da realidade humana e suas condições

Diagnóstico da deficiência intelectual no campo educacional: análise da produção acadêmica na perspectiva da teoria histórico-cultural

socioeconômicas. A Figura 2, a seguir, apresenta as temáticas recorrentes identificadas nas pesquisas analisadas.

Figura 2: Temáticas identificadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No conjunto das produções analisadas, predominam abordagens centradas na identificação, no diagnóstico e na avaliação psicológica da deficiência intelectual, além de enfoques no tratamento, na dimensão ontológica e no contexto familiar. Estudos que situam a discussão no campo educacional, especialmente no contexto escolar, são menos frequentes, o que evidencia a necessidade de ampliar investigações nessa direção.

Pesquisa conduzida por Veltrone (2011), em municípios do interior de São Paulo, indica que muitos educadores enfrentam dificuldades para identificar a deficiência intelectual, frequentemente confundindo-a com dificuldades de aprendizagem ou problemas de comportamento. Tal constatação revela o predomínio de interpretações reducionistas, influenciadas por uma lógica medicalizante.

Em contraposição, a teoria histórico-cultural propõe o deslocamento do foco dos déficits para as possibilidades de desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, o prognóstico assume centralidade, ao orientar a criação de condições que favoreçam a apropriação dos bens culturais, em oposição ao modelo médico-organicista, que reduz a deficiência a um déficit biológico (Dainez, 2009). Defende-se, assim, uma educação de caráter social, comprometida com a superação de práticas segregacionistas e com a ampliação da participação de pessoas com deficiência nos processos sociais.

Carneiro (2017) ressalta que essa abordagem compreende a deficiência intelectual como resultado da interação entre fatores biológicos e culturais, em oposição à concepção

organicista, que favorece processos de estigmatização e exclusão escolar. De forma complementar, Valentim (2011) observa a persistência, no imaginário docente e social, da ideia de que o desenvolvimento desses estudantes depende exclusivamente de fatores biológicos, o que sustenta práticas de segregação em espaços especializados.

Com base em Vygotski (1997), a compreensão da deficiência deve partir das leis gerais do desenvolvimento infantil, com ênfase no sujeito concreto e em suas condições de vida. Torna-se fundamental considerar suas interações sociais, experiências de aprendizagem e relações estabelecidas com o meio.

Garcia (1999) propõe que o diagnóstico integre um processo mais amplo, atento aos múltiplos fatores que constituem a subjetividade. De modo semelhante, Góes (2002) afirma que o destino da criança com deficiência não é determinado pelo déficit, mas pelas formas de significação social, pelas práticas educativas e pelas experiências vividas.

Superar concepções reducionistas exige uma inflexão teórica e prática no campo educacional, capaz de reconhecer os sujeitos em sua complexidade e de promover contextos que ampliem suas possibilidades de participação e aprendizagem. Estudos fundamentados na teoria histórico-cultural reforçam essa direção. Dainez (2009) destaca que a inclusão não se restringe à presença física, mas requer práticas mediadoras que favoreçam o desenvolvimento. Souza (2010) evidencia a influência do contexto social nas decisões familiares e nos percursos escolares.

No campo da avaliação, Chiodi (2012) e Mota (2014) defendem abordagens formativas e interdisciplinares que superem a mensuração de habilidades e considerem o potencial de desenvolvimento dos estudantes. Dias (2014) compreende o diagnóstico como construção social, destacando seus efeitos ambivalentes entre o acesso a políticas de apoios e o reforço de estigmas.

Estudos de Pires (2016), Barbosa (2016) e Almeida (2016) enfatizam a necessidade de práticas educativas contextualizadas, que considerem o desenvolvimento humano em sua totalidade. Destacam-se, ainda, a articulação entre ensino regular e AEE, a formação continuada de docentes e a construção de critérios avaliativos sensíveis à singularidade dos estudantes.

De modo geral, as produções analisadas indicam que a teoria histórico-cultural constitui um referencial consistente para a construção de práticas inclusivas, ao compreender

o estudante como sujeito histórico e cultural e ao situar o processo educativo como espaço de mediação, interação social e desenvolvimento.

Análise geral da produção acadêmica

A literatura sobre Educação Especial e Inclusiva evidencia, ao longo das últimas décadas, uma preocupação recorrente com a formação docente, a prática pedagógica e o papel do diagnóstico no atendimento de pessoas com deficiência intelectual. Júnior (1987) investigou a formação de professores e identificou lacunas significativas no conhecimento disponível, destacando que concepções estigmatizadas comprometem tanto o diagnóstico quanto a implementação de práticas inclusivas. O estudo reforça a necessidade de uma formação crítica, que contemple o diagnóstico e uma compreensão humanizada da deficiência.

No contexto escolar, Anache (1997) problematiza o uso do diagnóstico psicológico, frequentemente reduzido a uma exigência burocrática, sem repercussões no planejamento pedagógico. A autora defende sua compreensão como processo dinâmico e contextualizado, articulado às práticas educativas, a fim de evitar encaminhamentos inadequados e a reprodução de estigmas.

Estudos que incorporam a dimensão subjetiva e familiar ampliam essa discussão. Mello (2000) destaca a importância das interações iniciais para o desenvolvimento emocional, enquanto Holanda (2000) critica abordagens que desconsideram o desenvolvimento psíquico de crianças com deficiência intelectual. Ambos enfatizam o reconhecimento da subjetividade e das potencialidades dos sujeitos.

No campo das políticas públicas e práticas institucionais, destacam-se críticas à centralidade do modelo clínico. Silva (2005) aponta o caráter assistencialista de discursos oficiais, enquanto Rosin-Pinola (2006) evidencia que professores reconhecem competências dos estudantes, mas enfrentam limites relacionados ao ritmo de aprendizagem e às estratégias pedagógicas. Amaro (2007), por sua vez, problematiza práticas que desconsideram a singularidade do sujeito e propõe abordagens que valorizem sua dimensão subjetiva.

No âmbito escolar, Dainez (2009) e Santana (2009) analisam a inclusão em turmas regulares e evidenciam a persistência de práticas compensatórias e a dependência de iniciativas individuais docentes. Souza (2010) destaca a influência das concepções familiares

nas trajetórias escolares, indicando que decisões sobre a permanência na Educação Especial frequentemente se relacionam a expectativas de proteção e cuidado. Em conjunto, os estudos indicam que a inclusão formal não assegura, por si só, a participação efetiva, o que exige maior articulação entre escola, família e profissionais.

Avanços teóricos e metodológicos são observados nas pesquisas de D’Onofrio (2010), Veltrone (2011) e Bridi (2011), que analisam o atendimento clínico e escolar e os processos de identificação da deficiência intelectual. Os estudos evidenciam a complexidade psíquica e subjetiva dos indivíduos, a predominância de critérios clínico-patológicos e a ausência de padronização, bem como os efeitos da categorização nas trajetórias escolares. Em contraposição, ressaltam a importância da mediação pedagógica e da formação continuada no AEE.

Outras pesquisas reforçam a perspectiva da teoria histórico-cultural e a necessidade de abordagens interdisciplinares. Afonso (2011) evidencia a influência do contexto sociocultural, enquanto Chiodi (2012) e Pires (2016) criticam práticas avaliativas psicométricas e defendem abordagens mediadoras, orientadas ao potencial de desenvolvimento. Mota (2014) e Dias (2014), assim como Barbosa (2016) e Almeida (2016), destacam a importância da avaliação formativa, da atuação de equipes interdisciplinares e da articulação entre ensino regular e AEE.

Estudos mais recentes ampliam essa discussão. Araújo (2019) propõe instrumentos orientadores para o AEE, com vistas ao fortalecimento de práticas pedagógicas individualizadas, enquanto Carniel (2022) destaca o papel da família na construção de expectativas de autonomia, evidenciando a dimensão relacional do desenvolvimento.

Em síntese, a literatura analisada aponta três eixos centrais: a necessidade de formação docente crítica e contínua; a construção de práticas diagnósticas e avaliativas contextualizadas e interdisciplinares; e a valorização da subjetividade e das potencialidades dos sujeitos, a fim de superar concepções reducionistas, assistencialistas ou compensatórias. Apesar dos avanços, persistem lacunas na articulação interprofissional, na sistematização dos processos diagnósticos e na efetivação da inclusão escolar, o que reforça a necessidade de políticas e práticas orientadas por uma perspectiva emancipadora.

Algumas considerações

Com ancoragem na THC, este estudo buscou identificar como a questão do diagnóstico da deficiência intelectual tem sido abordada na produção acadêmica brasileira. Ao considerar que trabalhos de revisão de literatura trazem contribuições fundamentais ao conhecimento científico e, em nosso caso, à Educação como área e à Educação Especial como campo de conhecimento, este artigo permite verificar um panorama crítico e necessário para o avanço científico.

Embora a maior parte dos trabalhos encontrados esteja vinculada a programas de Pós-Graduação em Educação, verificou-se um vácuo nas discussões que envolvem o diagnóstico de deficiência intelectual e seus efeitos na educação escolar da criança, uma vez que se nota que abordagens centradas na identificação da deficiência intelectual e na avaliação psicológica são predominantes no campo. Ainda são poucos os trabalhos que realizam uma análise crítica da interface entre Saúde e Educação e buscam um ponto de vista mais abrangente sobre como o diagnóstico de deficiência intelectual afeta a relação criança-meio social. Dessa forma, o artigo revela a necessidade de pesquisas que abordem o fenômeno na prática educacional, para ampliar a compreensão sobre a formação e o desenvolvimento cultural da personalidade de crianças e adolescentes com deficiência intelectual, tendo em vista a função social da escola.

Cabe assinalar algumas limitações deste estudo. A análise concentrou-se em teses e dissertações disponíveis no Catálogo da CAPES e na BDTD, o que delimita o *corpus* e não abrange outras modalidades de produção científica, como artigos e livros acadêmicos. Ainda assim, os resultados contribuem para o campo da Educação Especial ao sistematizar tendências da produção acadêmica e evidenciar lacunas relacionadas às implicações educacionais do diagnóstico de deficiência intelectual. O estudo também ressalta a necessidade de maior interlocução entre Saúde e Educação, bem como de investigações voltadas à prática escolar, de modo a ampliar a compreensão do desenvolvimento humano como processo histórico, social e culturalmente mediado.

Referências

AFONSO, Tatiana. **Famílias de crianças com deficiência mental no contexto ribeirinho amazônico: percepções de pais moradores da Ilha do Combu** – PA. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011.

ALMEIDA, Ester Furquim de. **Deficiência intelectual e avaliação no encaminhamento de estudantes ao Atendimento Educacional Especializado**: concepções de professoras responsáveis pela avaliação inicial. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2016.

AMARO, Keila Pires. **O tratamento do deficiente mental em instituições**: uma análise crítica a partir da psicanálise lacaniana. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

ANACHE, Alexandra Ayach. **Diagnóstico ou Inquisição? Estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola**. 1997. 321 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1997.

ANDRADE, Letícia Raboud Mascarenhas de; CAMPOS, Herculano Ricardo. Vivência/perejivânie como unidade dinâmica da consciência: articulação de compreensões à luz do sistema teórico de Vygotski. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 729-742, abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59249>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ANGELUCCI, Carla. Medicalização das diferenças funcionais: continuísmos nas justificativas de uma Educação Especial subordinada aos diagnósticos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 116-134, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2745>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ARAÚJO, Nelita Geny Mendes de. **Guia de orientação de identificação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado profissional em Diversidade e Inclusão) – Programa de Pós-Graduação em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

BARBOSA, Ana Paula Lima. **Avaliação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado do município de Fortaleza-CE**: diagnóstico, análise e proposições. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2016.

BRASIL. Casa Civil. Ministério da Educação. **Nota Técnica n.º 4, de 23 de janeiro de 2014**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=30192&alias=15898-notto4-secadi-dpee-23012014&option=com_docman&view=download. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

Diagnóstico da deficiência intelectual no campo educacional: análise da produção acadêmica na perspectiva da teoria histórico-cultural

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Processos de identificação e diagnóstico:** os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional especializado. 2011. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza; SOUZA, Betina Weber de. A produção diagnóstica da deficiência mental/intelectual no contexto escolar. In: CAIADO, Kátia Regina Moreno; BAPTISTA, Cláudio Roberto.; JESUS, Denise Meyrelles de. (org.). **Deficiência mental e deficiência intelectual em debate.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 215-240.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Contribuições da abordagem histórico-cultural para a compreensão da deficiência intelectual como produção social. In: CAIADO, Kátia Regina Moreno; BAPTISTA, Cláudio Roberto.; JESUS, Denise Meyrelles de. (org.). **Deficiência mental e deficiência intelectual em debate.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 79-99.

CARNIEL, Thais Carolina Albach. **Adaptação ao diagnóstico e expectativa familiar sobre autonomia de filhos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista.** 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2022.

CHIODI, Cinthia da Silva. **O processo de avaliação psicológica na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.** 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

CUNHA, Ana Carolina Castro Pereira da. Deficiência como expressão da questão social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.251>. Acesso em: 6 jun. 2025.

DAINEZ, Débora. **A inclusão escolar de crianças com deficiência mental:** focalizando a noção de compensação na abordagem histórico-cultural. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2009.

DAINEZ, Débora. Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: contribuições para educação especial e inclusiva. **Revista de Psicologia**, Santiago, v. 26, n.2, p.01-10, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2017.47948>. Acesso em: 6 jun. 2025.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O conceito de compensação no diálogo de Vygotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1093-1108, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014071545>. Acesso em: 12 jun. 2025.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 34, p. 1-18,

maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945187853>. Acesso em: 12 jun. 2025.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; SOUZA, Flávia Faissal de. A dimensão constitutiva do meio: implicações políticas e práticas em educação especial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.256418>. Acesso em: 12 jun. 2025.

DANTAS, Dulciana de Carvalho Lopes. **A inclusão de pessoas com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA): um estudo de caso**. 2012. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2012.

D'ONOFRIO, Rodrigo Pereira. **“Paz sem voz não é paz, é medo”**: o estudo de um caso clínico diagnosticado como deficiência mental leve. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

DIAS, Sueli de Souza. **A quem serve o diagnóstico de deficiência intelectual? Um estudo do desenvolvimento adulto na perspectiva da Psicologia dialógica**. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Escolar, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

FONTOURA, Gabriela Prado da; SARDAGNA, Helena Venites. Concepções acerca do laudo médico no processo de escolarização. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X41866>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. A Educação de sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições Vygotskianas. **Ponto de Vista**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 42-46, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1519>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem cultural. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de.; SOUZA, Denise Trento Rebello de.; REGO, Teresa Cristina Rebolho (org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 95-114.

HAYASHI, Maria Cristina Innocentini. Afinidades eletivas entre a cientometria e os estudos sociais da ciência. **Filosofia e Educação**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 57-88, out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rfe.v5i2.8635395>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HAYASHI, Maria Cristina Innocentini. et al. Um estudo bibliométrico da produção científica sobre a educação jesuítica no Brasil colonial. **Bíblios**, Lima, v. 8, p. 1-18, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/161/16102702.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HOLANDA, Suely Alencar Rocha de. **Sobre a questão da deficiência mental concebida como infância eterna**: reflexões em direção à psicanálise. 2000. 107 f. Dissertação (Mestrado em

Diagnóstico da deficiência intelectual no campo educacional: análise da produção acadêmica na perspectiva da teoria histórico-cultural

Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

JÚNIOR, Hugo Pires. **Diagnóstico da deficiência mental no ensino da educação especial**. 1987. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1987.

KELLER, Helen. **A história da minha vida**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008.

MELLO, Symone Fernandes de. **Relação mãe-criança portadora de deficiência mental: uma abordagem winnicottiana**. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2000.

MOTA, Luciene Lourenço. **Deficiência intelectual: um estudo sobre o processo diagnóstico multidimensional**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2014.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Educação inclusiva: já se falou muito sobre ela? **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. esp., p. 313–332, fev. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22195/2447-52462015019686>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PEREIRA, Elaine Cristina de Resende. **A educação inclusiva do ponto de vista da pessoa com deficiência intelectual**. 2018. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, Minas Gerais, MG, 2018.

PINO, Angel. A Psicologia concreta de Vygotski: implicações para a educação. In: MALHONEY, A. A. et al. (org.). **Psicologia & educação: revendo contribuições**. São Paulo: Educ, 2002. p.29-52.

PIRES, Viviane Ferrameto da Silva. **O processo de caracterização de alunos com deficiência intelectual: análise de ações integradas da educação e da saúde**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas**. 2009. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

RAMOS, Carolina Lehnemann. O “laudo” na inclusão de alunos no ensino regular: uma estratégia da governamentalidade biopolítica. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DA REGIÃO SUL – ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UDESC, 2014. p. 1-15. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1947-0.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

RIBAS, Luana de Melo et al. Estudos de L. S. Vygotski sobre deficiência: desdobramentos para a psicologia e pedagogia na atualidade. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 41, p. 71–83, 2024. Disponível em: <https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/73>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ROSIN-PINOLA, Andréa Regina. **Avaliação de professores sobre o repertório social e acadêmico de alunos com deficiência mental incluídos no ensino regular**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2006.

SATHLER, Conrado Neves. **Escrita disciplinar e Psicologia: laudos como estratégia de controle das populações**. 2008. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

SILVA, Ana Paula Salles da. **A Casa Verde entre... por dentro do discurso oficial da deficiência mental**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

SILVA, Márcia Regina da.; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. InCID: **Revista Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 110–129, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTANA, Bruna Bellinato Scrivanti. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual no ensino regular: depoimentos de professores**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2009.

SOUZA, Flávia Faissal de.; DAINEZ, Débora. Defectologia e educação escolar: implicações no campo dos direitos humanos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 47, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236116863vs01>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SOUZA, Fabíola Ribeiro de. **A inclusão/exclusão escolar: concepções de pais e de jovens alunos com deficiência intelectual**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2010.

TEZZELE, Pâmela Carolina Martins. **A produção acadêmica sobre deficiência intelectual: um balanço das teses defendidas entre 1993 e 2015.** 2017. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual: considerações sobre avaliação da aprendizagem escolar.** 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, SP, 2011.

VELTRONE, Aline Aparecida. **Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização.** 2011. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. Fundamentos da defectología. **Obras Escogidas. Tomo V.** BRANK, J. G. (trad.). Madrid/Espanha: Visor Distribuciones, S. A., 1997.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. Psicología infantil (incluye Paidología del adolescente, problemas de la psicología infantil). **Obras Escogidas. Tomo IV.** Madrid/Espanha: Visor Distribuciones, S. A., 1996.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Notas

ⁱA Escola Municipal Jardim Muniz, situada em Cajati, interior do estado de São Paulo, oferece educação pública à comunidade local, atendendo crianças da educação infantil e do ensino fundamental.

ⁱⁱVygotski desenvolveu suas reflexões na União Soviética, nas primeiras décadas do século XX, no contexto da construção de um sistema educacional público e universal vinculado ao projeto revolucionário iniciado em 1917. Esse cenário difere do contexto brasileiro contemporâneo, marcado por desigualdades estruturais e pela histórica articulação entre o setor público e instituições privadas na oferta da Educação Especial.

Agradecimentos

À Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba, pelo acolhimento institucional e pelas condições oferecidas para a realização deste estágio de pós-doutoramento, e à Universidade Federal de Minas Gerais, pelo apoio e interlocução acadêmica ao longo do processo.

Sobre as autoras

Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves

Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pela UFSCar, mestre em Educação (UEL) e graduada em Pedagogia pela UEL. Atualmente, é professora adjunta da Faculdade de Educação (FaE/DECAE) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: taisaliduenha@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5589-584X>

Débora Dainez

Pós-doutora em Psicologia Educacional pela Faculdade de Educação da UNICAMP e em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Doutora em Educação (Psicologia Educacional) pela Faculdade de Educação da UNICAMP e mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), graduada em Fonoaudiologia pela mesma instituição. Atualmente, é professora adjunta da UFSCar – campus Sorocaba (DCHE) e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-So).

E-mail: ddainez@ufscar.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8223-098X>

Fabiane Maria Silva

Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Assistente Social formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), pós-graduada em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida e em Gestão de Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: fabiane_maria@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3244-5648>

Recebido em: 21/02/2026

Aceito para publicação em: 26/03/2026